

Missão do FMI virá ao Brasil para rediscutir o acordo "stand by"

por Arnolfo Corvalho
de Brasília

A missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) chegará ao Brasil para rediscutir o acordo "stand-by" somente no final deste mês ou início do próximo, quando o governo já tiver fechado suas projeções macroeconômicas para este ano, levando em conta a próxima decisão do Congresso sobre o orçamento geral da União e os efeitos das altas taxas de juro na dívida pública.

A informação é de assessores do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, que lhe fizeram ontem um breve relato sobre as negociações preliminares mantidas com o FMI em Washington ao longo da semana passada. Mesmo com o retorno dos economistas da Fazenda, Secretaria de Planejamento e Banco Central, neste final de semana, o governo continua mantendo em sigilo os dados levados ao FMI.

Essa situação levou ontem o ex-presidente do Conselho Federal de Economia e professor da Universidade de Brasília (UnB), Décio Garcia Munhoz, a colocar sob suspeita os dados que a Secretaria do Tesouro Nacional vem pondo à disposição da opinião pública, desde o Plano Verão. "O governo precisa divulgar os números levados ao FMI, inclusive para esclarecer o que está acontecendo com os juros da dívida pública", disse o professor.

DÍVIDA MOBILIÁRIA

Pelos seus cálculos, há uma diferença de aproximadamente NCz\$ 3 bilhões, correspondentes a US\$ 3 bilhões, no saldo da dívida mobiliária informado pelo Tesouro, entre o final de 1988 e 31 de janeiro último. "Quando se aplica a correção monetária da primeira quinzena de janeiro acrescida de juros, mais os juros da segunda quinzena, vê-se que a dívida fechou o primeiro mês deste ano em NCz\$ 69,1 bilhões, mas o governo diz que o saldo ficou

em apenas NCz\$ 66,2 bilhões", observa Munhoz.

"Além disso, os juros pagos (nos títulos da dívida interna) não aparecem como tal no demonstrativo do Tesouro, em que se contabiliza apenas o gasto de NCz\$ 422,8 milhões referente às duas quinzenas de janeiro". Esse artifício vem permitindo que o crescimento da dívida seja apresentado como se fosse menor do que seria na realidade, de acordo com o professor da UnB, para quem "os valores de 31 de janeiro estão muito abaixo daqueles que vinham sendo acumulados".

Assessores do Ministério da Fazenda responderam ontem que não há possibilidade de se escamotear dados tão facilmente, pois, além de o Tesouro divulgar à imprensa o mesmo demonstrativo encaminhado ao ministro, mensalmente, ainda há a fiscalização exercida mediante o acompanhamento do próprio FMI. Quanto à decisão de não se divulgar as metas econômicas levadas a Washington pelos técnicos do governo, a explicação — tanto na Fazenda quanto na Seplan — é de que os números ainda não estão fechados, por causa da indefinição sobre os vetos ao orçamento da União. Essa falta do orçamento, no entanto, afetaria apenas um dos componentes do déficit público.

INDEFINIÇÃO

A maior indefinição, de acordo com um dos técnicos que viajaram a Washington e retornaram no fim de semana, diz respeito à própria dívida mobiliária — já que os encargos afetam o tamanho do déficit operacional. A missão técnica expôs ao FMI os detalhes do programa de estabilização (Plano Verão) e seus possíveis efeitos, deixando para discutir as metas quando da vinda do grupo do economista Thomas Reichmann, chefe da Divisão do Atlântico daquele organismo.